



AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXX - DF.

FULANO DE TAL, menor impúbere, nascida em XX de XXXXXXXX de XXXX, neste ato representada por sua genitora **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade nº XXXXXXXXX SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXX, domiciliada e residente Condomínio XXXXXXXXXXXXXXXX, Cep: XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX, **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, **profissão**, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXX, domiciliado e residente na XXXXXXXXX - CEP: XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX **(e-mail)** e **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº XXXXXSSP/DF, inscrito no CPF nº XXXXXXXXX, domiciliado e residente XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXXX, **(e-mail)** vem, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXXXX, com fundamento na legislação vigente ajuizar a presente

AÇÃO CONSENSUAL DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE c/c NEGATÓRIA
DE PATERNIDADE

pelas razões e fundamentos que seguem:

DOS FATOS

A genitora da infante teve um relacionamento com o 2º
Requerente de meados de XXXX que perdurou até meados de XXXX.



Após o término do relacionamento com o 2º requerente a genitora começou a se relacionar com o 3º requerente durante um mês. A genitora avisou ao FULANO DE TAL que segundo suas contas já estava grávida de FULANO DE TAL.

Ao nascer FULANO DE TAL, FULANO DE TAL a registrou como filha. Cumpre observar que a infante não conhece seu pai registral, não possuindo qualquer vínculo afetivo com o mesmo.

No início do ano de XXXX, a genitora entrou em contato com o FULANO DE TAL e FULANO DE TAL para convidá-los a fazer o teste de DNA por ter dúvidas quanto a paternidade.

O teste de DNA confirmou a paternidade com o 3º requerente (FULANO DE TAL) que a partir do conhecimento da filha biológica, passou a ter uma convivência com ela, sendo constante, levando-a para passear e visitando-a na casa da genitora.

Assim, necessário se faz a presente ação de investigação de paternidade e anulação de registro civil, para que seja retificado o assento de nascimento do requerente, tendo em vista que o direito do Requerente em conhecer que é o verdadeiro pai de seu filho, é um direito inerente à dignidade da pessoa humana.

Todos os requerentes concordam, com a retirada do nome de **FULANO DE TAL**, fazendo constar o nome de **FULANO DE TAL** como pai biológico no registro civil.

DO NOME

O 3º Requerente tem o direito de reconhecer FULANO DE TAL como filha legítima, bem como a inclusão de seu nome e dos avós paternos no registro de nascimento dela.

Portanto a 1º requerente deverá ser chamada de **FULANO DE TAL**.



DO DIREITO

O direito de ver reconhecida a filiação biológica é albergado sem restrições pelo ordenamento jurídico brasileiro, tratando-se de direito indisponível.

A Constituição Federal dispõe no art. 227, § 6º:

Art. 227 (...)

§ 6º - “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”

O art. 1.606 do Código Civil trata da imprescritibilidade da ação de reconhecimento de filiação:

Art. 1.606. “A ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz.

Parágrafo único. Se iniciada a ação pelo filho, os herdeiros poderão continuá-la, salvo se julgado extinto o processo.”

Ainda, a Lei nº 8.560/1992 assim dispões em seu artigo 2º-A e seu parágrafo único:

“Art. 2º-A - Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.

Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético – DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório”.

DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer:

01 – a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;



02 - a procedência do pedido para DECLARAR a inexistência de relação de filiação entre a 1ª Requerente e o 2º Requerido e, em consequência, DECLARAR que o 3º Requerente é pai do 1ª Requerente **FULANO DE TAL**, determinando a retirada do nome do FULANO DE TAL e respectivos avós paternos no assento de nascimento do menor, expedindo-se mandado de averbação ao cartório no qual o menor foi registrado;

03 - a intervenção do Ministério Público;

05- Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Valor da causa: R\$ XXX,XX (XXXXX)

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX-DF, XX/XX/XXXX

FULANO DE TAL

Representante da menor

FULANO DE TAL

2º Requerente

FULANO DE TAL

3º Requerente



DEFENSORIA PÚBLICA
D I S T R I T O F E D E R A L

FULANO DE TAL

Colaborador –

FULANO DE TAL

Defensor Público do Distrito Federal